

SUBJUGAÇÃO OU LIBERTAÇÃO? UMA ANÁLISE MATERIALISTA-DIALÉTICA DA QUESTÃO TRANS E SUA LUTA

SUBJUGATION OR LIBERATION? A DIALECTICAL-MATERIALIST ANALYSIS OF THE TRANS QUESTION AND ITS STRUGGLE

César Alexandre da Silva Aprile¹

Resumo: este artigo busca analisar a questão trans a partir de uma perspectiva marxista e materialista-dialética, contrastando-a com abordagens idealistas, pós-modernas e liberais. Ele critica o materialismo mecânico por sua visão reducionista e estática do gênero, enquanto ressalta como o materialismo dialético, com foco nas contradições e na transformação contínua, permite compreender a construção histórica e material do gênero. A análise aborda como o capitalismo instrumentaliza tanto o reacionarismo quanto o relativismo para dividir e controlar, enfatizando a necessidade de integrar a luta trans na luta de classes.

Palavras-chave: Materialismo Dialético; Materialismo Mecânico; Trans.

Abstract: this article aims to analyze the trans issue from a Marxist and dialectical-materialist perspective, contrasting it with idealist, postmodern, and liberal approaches. It critiques mechanical materialism for its reductionist and static view of gender, while highlighting how dialectical materialism, with its focus on contradictions and continuous transformation, enables an understanding of the historical and material construction of gender. The analysis discusses how capitalism instrumentalizes both reactionary thought and relativism to divide and control, emphasizing the need to integrate the trans struggle into the class struggle.

Keywords: Dialectical Materialism; Mechanical Materialism; Trans.

1 INTRODUÇÃO

A questão das pessoas trans tem se mostrado um tema de intenso debate e polarização, envolvendo diversas perspectivas políticas, sociais e culturais. Esse debate abrange desde os setores conservadores e liberais até correntes progressistas, gerando posições contraditórias sobre os direitos, a existência e as lutas desse grupo. No campo das análises de esquerda, a abordagem marxista, fundamentada no materialismo dialético, oferece um arcabouço teórico para compreender as raízes históricas e materiais dessa questão, bem como suas implicações estruturais e superestruturais dentro do sistema capitalista.

Neste contexto, é fundamental avançar na análise das opressões de gênero sob a perspectiva dialética, superando visões dogmáticas e revisionistas que frequentemente subestimam ou distorcem a complexidade dessa realidade. A luta das pessoas trans não pode ser vista de forma isolada ou meramente identitária; ela deve ser compreendida como

¹ Historiador, professor e escritor, com atuação destacada na educação básica, na pesquisa crítica e na produção de materiais didáticos. Possui graduação em História (Licenciatura) pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), além de três especializações Lato Sensu: em Psicopedagogia (Universidade Cruzeiro do Sul, 2023), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI, 2024) e Direitos Humanos (I9 Educação, 2025).

parte de um cenário mais amplo de contradições estruturais no capitalismo, onde questões de classe, gênero e outras formas de opressão se entrelaçam de maneira intrínseca.

Compreender a questão trans por meio do materialismo dialético implica reconhecer como fatores econômicos e históricos moldam as relações de gênero e como essas, por sua vez, impactam a base econômica e cultural da sociedade. Essa abordagem permite identificar os elementos materiais que sustentam a opressão das pessoas trans, destacando que essa luta não é apenas por reconhecimento, mas também por transformação das condições materiais e históricas que perpetuam a exploração e a desigualdade.

2 OS CONCEITOS MARXISTAS

Para compreendermos melhor o tema a ser tratado, é fundamental esclarecer os conceitos que serão utilizados ao longo da análise, com destaque para o materialismo dialético. Este método filosófico, central ao pensamento marxista, busca compreender as transformações do mundo por meio das contradições internas dos fenômenos, reconhecendo que toda mudança ocorre devido a essas contradições, de forma contínua e interconectada.

Vamos começar com o conceito fundamental de materialismo, conforme explicado por Vladimir Lênin:

O materialismo é a admissão dos “objetos em si”, ou fora do espírito; as ideias e as sensações são, para ele, cópias ou imagens desses objetos. A doutrina oposta (idealismo) professa a inexistência dos objetos “independentemente do espírito”; os objetos são “combinações de sensações” (Lênin, 1909).

Essa definição deixa claro que, para o materialismo, o mundo existe independentemente da percepção humana, sendo a realidade externa objetiva e concreta. As ideias e sensações que formamos são reflexos dessa realidade. Em contrapartida, o idealismo, ao colocar a mente ou a consciência como central na construção da realidade, argumenta que o mundo exterior não tem existência autônoma e que os objetos são construções mentais, resultantes da interação de sensações. Essa dicotomia entre materialismo e idealismo é fundamental para entender os diferentes caminhos que a filosofia tomou ao abordar a relação entre mente e mundo.

Josef Stalin, um dos principais teóricos marxistas, explica o materialismo dialético como:

O materialismo dialético é a concepção filosófica do Partido marxista-leninista. Chama-se materialismo dialético, porque o seu

modo de abordar os fenômenos da natureza, seu método de estudar esses fenômenos e de concebê-los, é dialético, e sua interpretação dos fenômenos da natureza, seu modo de focalizá-los, sua teoria, é materialista (Stalin, 1938).

Nesse contexto, Stalin enfatiza que o materialismo dialético não é apenas uma teoria filosófica, mas uma abordagem prática e científica para entender a realidade. A dialética, nesse caso, se refere ao processo de análise das contradições que existem nos fenômenos e que impulsionam a transformação da realidade, enquanto o materialismo destaca que a matéria, e não a consciência ou ideias abstratas, é a base de tudo o que existe.

Dessa forma, o materialismo dialético se torna uma ferramenta essencial para compreender o mundo de maneira dinâmica e em constante mudança, considerando as relações materiais e as contradições internas que movem a evolução dos processos naturais, sociais e históricos.

Porém, o materialismo dialético contrasta com o materialismo mecanicista, como citado por Paul Langevin:

Este ideal condicionou também as ciências da vida. Diderot, por exemplo, em sua "Interpretação da natureza", cita Maupertius que assim definiu o animal: "um sistema de diferentes moléculas orgânicas que, por um impulso inicial dado por aquele que criou a matéria em geral, foram combinadas até que cada uma reencontre o lugar o mais conveniente... sua figura e ao seu repouso." E La Mettrie escreveria seu livro sobre a Máquina Humana. Estando assim nosso passado e nosso futuro contidos no impulso inicial dado ao imenso projétil ao qual o determinismo mecanicista compara o universo, a atitude do homem, e a da ciência, não pode ser mais que contemplativa, como ela é na astronomia, o que levou a um fatalismo, com este paradoxo de que a ciência, resultado das necessidades da ação, chegue somente a negar a própria possibilidade da ação (Langevin, 1945).

Ou seja, essa passagem expõe a visão do determinismo mecanicista, que sugere que o universo e os seres humanos são produtos de um impulso inicial e seguem uma trajetória predeterminada, levando a uma visão fatalista e a uma ciência que se limita a observar, sem permitir ação transformadora.

Já o último conceito do materialismo, é o materialismo histórico que é: "O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida social, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e de sua história" (Stalin 1938).

O materialismo histórico, conforme exposto por Stalin, trata-se de uma abordagem teórica que aplica os princípios do materialismo dialético à compreensão dos fenômenos sociais e históricos. Ao contrário de explicações idealistas ou metafísicas, que buscam as

causas dos eventos históricos em ideias ou planos divinos, o materialismo histórico afirma que as condições materiais e as relações de produção são os fatores determinantes que moldam a sociedade, a política e a cultura.

Outro conceito importante abordado por Mao Zedong é o revisionismo, que não deve ser confundido com revisionismo histórico, e o dogmatismo. Mao explica esses conceitos da seguinte forma:

Dogmatismo e revisionismo, ambos são contrários ao marxismo. Seguramente, o marxismo tem de avançar, desenvolver-se com o desenvolvimento da prática, não pode ficar parado. O marxismo deixaria de ter vida se ficasse estagnado, estereotipado. Contudo, os princípios básicos do marxismo não devem ser violados; violá-los seria cometer erros. Constitui dogmatismo abordar o marxismo dum ponto de vista metafísico e tomá-lo como algo rígido. Constitui revisionismo negar os princípios básicos do marxismo, negar a sua verdade universal. O revisionismo é uma forma da ideologia burguesa. Os revisionistas apagam a diferença entre o socialismo e o capitalismo, entre a ditadura do proletariado e a ditadura da burguesia. Na realidade, o que eles propõem não é a linha socialista mas sim a capitalista. Nas circunstâncias atuais, o revisionismo é mais pernicioso que o dogmatismo. Uma das nossas importantes tarefas atuais na frente ideológica é proceder à crítica ao revisionismo (Zedong, 1957).

Ou seja, o dogmatismo é visto como uma forma rígida e inflexível de entender o marxismo, que o reduz a um conjunto de normas fixas, sem espaço para o desenvolvimento ou adaptação à realidade social e histórica em constante transformação. Essa visão, ao tentar preservar os princípios do marxismo de maneira excessivamente rígida, impede a evolução das ideias e da prática marxista, tornando-o uma ideologia estagnada.

Por outro lado, o revisionismo é descrito como uma distorção mais perigosa, que nega os princípios fundamentais do marxismo e propõe uma acomodação com o capitalismo. Mao critica os revisionistas por suavizarem as contradições entre o socialismo e o capitalismo e entre a ditadura do proletariado e a ditadura da burguesia. Para ele, o revisionismo representa uma ideologia burguesa disfarçada, que tenta apagar a luta de classes e enfraquecer o movimento socialista, comprometendo a revolução proletária.

3 A QUESTÃO RELATIVA AO PÓS-MODERNISMO

O debate sobre a identidade, em particular o gênero, tem sido profundamente influenciado por diferentes correntes filosóficas. O pós-modernismo, ao questionar a existência de verdades absolutas e enfatizar a construção social das identidades, propõe que categorias como gênero são produtos de discursos e narrativas sociais. Judith Butler, uma das principais teóricas pós-modernas, argumenta que o gênero é performativo, ou seja,

é constituído pelas próprias expressões que se dizem serem seus resultados. Como ela afirma em *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da Identidade*:

Que configurações de poder constroem o sujeito e o outro, essa relação binária entre 'homens' e 'mulheres', e a estabilidade interna desses termos? Que restrições estariam operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a uma matriz heterossexual de conceituação de sexo e do desejo? Como questionar um sistema epistemológico/ontológico? Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? (Butler, 2018, p. 8).

A proposta de Butler é justamente questionar as identidades fixas e “naturais”, incitando uma investigação de formas políticas de ação não baseadas nelas. Ela defende que essas identidades, longe de serem universais ou imutáveis, são, na realidade, produtos sociais e discursivos, que devem ser subvertidos para possibilitar novas formas de ação política.

Todavia, essa perspectiva pós-moderna contrasta com abordagens materialistas que veem o gênero como uma construção histórica e social, influenciada por fatores econômicos e estruturais. A crítica ao pós-modernismo, nesse contexto, destaca que a ênfase na construção discursiva do gênero pode obscurecer as condições materiais e as relações de poder que moldam as identidades de gênero:

A crítica ao pós-modernismo é tão mais relevante uma vez que o projeto iluminista, matriz do modernismo e de suas palavras de ordem liberdade, igualdade e fraternidade, objeto de rejeição do pós-modernismo, é uma promessa ainda não cumprida. E, ao mesmo tempo, as premissas pós-modernistas, que se pretendem tão avançadas e despidas de ilusões, não deixam de ser uma operação ideológica de desqualificação das lutas sociais e dos projetos de uma nova sociedade. Negam as possibilidades da autonomia dos sujeitos e reduzem o destino humano ao aprisionamento, seja nas estruturas da linguagem, seja nas micro e macroestruturas da sociedade. A consequência política das teses pós-modernistas é um misto de conformismo e acomodamento ao status quo (Moraes, 2015).

Essa crítica ao pós-modernismo reflete a ideia de que, ao enfatizar construções discursivas e identitárias, o pós-modernismo pode obscurecer os aspectos materiais e estruturais que influenciam as identidades, como o poder e as condições econômicas que moldam o gênero e a opressão das mulheres, conforme uma perspectiva mais materialista.

A partir dessa análise, podemos perceber que a filosofia pós-modernista oferece uma reflexão importante sobre como as identidades sociais são construídas, questionando as

categorias tradicionais. No entanto, o relativismo do pós-modernismo, com sua ênfase na multiplicidade de experiências individuais, dificulta a criação de uma teoria política coesa que aborde as questões estruturais subjacentes que moldam essas identidades, como o capitalismo, a exploração e a opressão.

O pós-modernismo, ao desconsiderar o materialismo dialético e a análise histórica do gênero, que examina o surgimento do gênero e suas relações com a sociedade de classes, contribui para o fortalecimento do individualismo. Isso dificulta a criação de um terreno comum para a ação política coletiva, resultando na falta de uma base ideológica capaz de unir pessoas que compartilham a mesma opressão – como mulheres e pessoas trans – dentro das contradições geradas pelo sistema capitalista.

4 A QUESTÃO DO GÊNERO E SEXO

Uma das questões mais polêmicas no debate sobre a luta trans diz respeito às questões biológicas, especialmente quando alguns utilizam argumentos sobre o sexo para criar um determinismo em relação à identidade transexual. Mas será que essas alegações, como as relacionadas às genitálias, estão realmente corretas? A definição biológica seria, então, o único critério determinante para definir quem é homem ou mulher? E seriam os cromossomos a base absoluta para encerrar o debate sobre identidade de gênero?

Pois bem, a questão do sexo e da identidade de gênero é frequentemente mal compreendida e simplificada, especialmente quando se tenta vinculá-la a aspectos biológicos fixos, como a genitália ou os cromossomos sexuais. No entanto, a realidade biológica é bem mais complexa e desafiadora para essa visão determinista.

A questão do determinismo do sexo, especialmente no que diz respeito à genitália, é questionada ao se considerar os casos das pessoas intersexuais, que nascem com características biológicas que não se ajustam facilmente ao binário rígido de sexo. Em muitos desses casos, essas pessoas são submetidas a intervenções médicas, forçadas a se conformar com um dos polos desse binário, muitas vezes sem justificativa médica real e com consequências traumáticas:

O discurso que reitera as cirurgias normalizadoras do sexo como o único meio de sobrevivência social para o intersexo apresenta-se com um traço sub-reptício de eugenia em virtude dos intersexuais afrontarem, com o seu corpo, os padrões socialmente impostos e internalizados como normais. As cirurgias servem, portanto, de ferramenta para a recuperação de uma suposta humanidade não realizada pela anomalia deste corpo. Tais procedimentos não possuem caráter humanitário, pois as cirurgias, na maioria dos casos, são feitas, reitera-se, em crianças recém-nascidas que não podem expressar sua vontade e às quais é imposta uma vida de ajustes de todas as ordens, através de cirurgias seguidas, terapias hormonais, medicamentosas e psicológicas que colocam em risco a saúde e a integridade dessas pessoas.

Ademais, o êxito dessas intervenções não é garantido e pode, inclusive, desencadear uma situação de desordem no futuro, quando estas crianças forem adultas, pois uma escolha que não tenha por premissa o interesse da criança, e sim o interesse da família em se auto proteger dos estigmas sociais que a rondam, pode significar a violação do equilíbrio psicológico dessas pessoas, como também a violação de uma gama de direitos humanos, tais como: o direito à liberdade sexual; o direito à autonomia; o direito à integridade (física, psicológica, afetiva, e sexual); o direito à segurança do corpo; o direito à privacidade; o direito ao prazer sexual; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis, e, sobretudo, o direito à saúde (Oliveira, 2015, p. 99-100).

A questão dos cromossomos sexuais também é frequentemente simplificada, sendo comum associá-los a um binário rígido: indivíduos com cromossomos XX são considerados femininos e aqueles com cromossomos XY, masculinos. No entanto, essa visão não reflete a complexidade da biologia humana. Estudos recentes e avanços nas tecnologias de sequenciamento de DNA têm mostrado que a biologia das pessoas não segue sempre esses padrões simplistas. Como afirma Claire Ainsworth:

Novas tecnologias em sequenciamento de DNA e biologia celular estão revelando que quase todo mundo é, em graus variados, uma colcha de retalhos de células geneticamente distintas, algumas com um sexo que pode não corresponder ao do resto do corpo (Ainsworth, 2015).

Isso demonstra que os cromossomos sexuais, por si só, não determinam de forma simples a identidade de gênero ou as características sexuais de uma pessoa. Por exemplo, pessoas podem ter variações cromossômicas como a síndrome de Klinefelter (XXY) ou Turner (X0), e essas condições podem ter efeitos sobre o desenvolvimento físico e hormonal. Ou seja, a biologia humana é muito mais dinâmica e diversa do que a abordagem tradicional tem sugerido, o que abre espaço para uma compreensão mais inclusiva e complexa das identidades de gênero.

Porém, agora que respondemos as perguntas destacadas, voltemos a questão relativa ao gênero. Começamos então com a pergunta mais importante, o que é gênero? “Para o marxismo, as mulheres, tanto quanto os homens, são apenas um conjunto de relações sociais, historicamente adaptadas e mudando em função das mudanças da sociedade em seu processo de desenvolvimento” (Adrianzen, 1974).

A análise proposta encontra respaldo nas origens históricas do gênero, conforme Friedrich Engels descreve o surgimento da opressão das mulheres e a formação do gênero no contexto da sociedade de classes. Engels observa a transição da sociedade em que o “direito materno” foi substituído pela formação da família patriarcal. Ele explica:

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (Engels, 1884).

No entanto, a análise do desmoronamento do direito materno não se deve a uma abstração teórica, mas sim à compreensão materialista dialética, que reconhece a necessidade de condições materiais e objetivas para que esse processo ocorresse. É importante, contudo, afastar a interpretação dos materialistas mecânicos e dos essencialistas biológicos, que, ao enfatizarem a reprodução humana como a principal causa da opressão das mulheres, cometem um erro ao naturalizarem essa opressão. Seria um equívoco afirmar que a reprodução, por si só, é o fator determinante para a opressão feminina, visto que muitos animais selvagens se reproduzem de maneira similar aos seres humanos, mas não apresentam a mesma estrutura de opressão de gênero observada nas sociedades humanas. A razão fundamental para a queda do “direito materno” foi, na realidade, a criação de valor econômico – a mais-valia –, que foi apropriada por uma pequena classe dominante, resultando na formação das divisões sociais:

Feministas marxistas como Mariarosa Dalla Costa e outras de um grupo feminista da Itália fizeram uma análise teórica do trabalho doméstico sob o capitalismo. Dalla Costa argumentou de forma detalhada que através do trabalho doméstico, as mulheres estão reproduzindo o trabalhador, uma mercadoria. Daí, de acordo com elas, é errado considerar que apenas valor de uso é criado através do trabalho doméstico. O trabalho doméstico também produz valor de troca – a força de trabalho. Quando a reivindicação salarial de trabalhadoras domésticas surgiu, Dalla Costa apoiou como um movimento tático para fazer a sociedade perceber o valor do trabalho doméstico. Ainda que a maioria não concordasse com sua conclusão de que trabalho doméstico cria mais valia, nem apoiasse a luta por salários para trabalho doméstico, ainda assim sua análise criou uma grande discussão nos círculos feministas e marxistas em todo o mundo e levou a uma maior consciência de como o trabalho doméstico serve ao capital (Gandhi, 2006).

O papel da mulher na reprodução foi transformado, passando de uma posição de status elevado para uma condição de subordinação, como instrumento de trabalho e subjugação.

A queda do direito materno, observada por Engels, marcou o início da formação da família patriarcal enquanto unidade econômica, onde as relações de poder se estruturavam em torno da figura do patriarca. Um exemplo prático disso pode ser visto na estrutura das

famílias nobres, nas quais a posição da mulher era profundamente influenciada pela quantidade de terras que ela trazia para o casamento. Como aponta Mark:

A posição das mulheres nobres era ditada pela situação econômica de cada uma, ou seja, a quantidade de terra que elas traziam para o casamento. Isto porque posse da terra equivalia a poder e, portanto, a qualidade de vida e as oportunidades por autonomia variavam significativamente no seio das classes superiores(Mark, 2019).

Ou seja, a posição das mulheres, especialmente nas classes altas, estava intimamente ligada à posse de recursos materiais, refletindo uma hierarquia social que concentrava poder nas mãos dos homens e determinava o papel da mulher como uma figura subordinada. Essa configuração da família patriarcal não só consolidou o poder masculino, mas também contribuiu para a marginalização das mulheres, cujos direitos e liberdades eram restringidos conforme os interesses econômicos da classe dominante.

Outro aspecto que também evidencia a marginalização das mulheres ocorre com o aparecimento da burguesia na Idade Média, onde:

As mulheres da nova burguesia podiam trabalhar com seus maridos e pais em uma dada atividade econômica e, muitas vezes, sucediam a seus maridos nos negócios quando da morte destes. A mulher como trabalho barato era um conceito já bem estabelecido através do sistema feudal e perpetuou-se pelo sistema corporativo porque as mulheres eram juridicamente não-entidades e, conseqüentemente, podiam receber menos que os homens. Ao mesmo tempo, muitas mulheres, durante este período, aparecem em documentos jurídicos como tendo sido multadas devido a diversas infrações, ao invés de seus maridos, um descolamento significativo das condições precedentes da Idade Média Inicial(Mark, 2019).

Isso significa que, com o surgimento da burguesia, a marginalização das mulheres não apenas persistiu, mas foi, em certa medida, reforçada e até naturalizada dentro da nova estrutura econômica e social emergente. Embora as mulheres tenham passado a participar ativamente de atividades econômicas, sua posição nas relações de trabalho permaneceu inferior, refletindo uma clara divisão de gênero no mercado. O fato de serem consideradas “mão de obra barata” e de poderem ser remuneradas de forma inferior aos homens revela como o sistema econômico burguês continuou a explorar sua força de trabalho, sem lhes assegurar os mesmos direitos e compensações.

Com o advento do capitalismo, as contradições sociais se intensificaram, à medida que a ideologia patriarcal foi absorvida e perpetuada pela nova classe dominante. Essa absorção

não foi acidental: tratava-se de uma estratégia consciente de manutenção e reprodução das relações de exploração. Subordinar as mulheres era funcional à lógica capitalista, pois permitia extrair uma maior quantidade de mais-valia – ou seja, maximizar o trabalho não remunerado, sobretudo através da exploração da força de trabalho feminina.

Essa exploração se manifestava, em um primeiro momento, nas disparidades salariais entre homens e mulheres: pela mesma função, as mulheres recebiam menos. Essa desigualdade salarial contribuía diretamente para a acumulação de capital por parte dos patrões. Posteriormente, com a consolidação do modelo de família nuclear, a opressão das mulheres assumiu novas formas. A divisão sexual do trabalho foi reforçada dentro do âmbito doméstico, relegando às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e pela criação dos filhos – tarefas essenciais para a reprodução da força de trabalho, mas invisibilizadas e não remuneradas.

Nesse modelo, a mulher passou a ser identificada quase exclusivamente com o espaço privado, com o lar e com os cuidados, enquanto o homem ocupava o espaço público e produtivo. Essa separação artificial, porém funcional ao capital, garantiu a continuidade da exploração em dois níveis: o mercado se apropriava da força de trabalho feminina com menor custo, ao mesmo tempo em que o trabalho doméstico gratuito assegurava as condições para que a classe trabalhadora em geral pudesse continuar a produzir.

Assim, o capitalismo não apenas se beneficiou da exploração direta das mulheres no mercado, como também instrumentalizou a instituição da família nuclear para consolidar a divisão sexual do trabalho – perpetuando, dessa forma, a opressão de gênero como pilar estrutural da ordem burguesa.

Ou seja, podemos afirmar que o gênero, longe de ser uma característica fixa ou determinada por um binário biológico essencialista, é uma construção social historicamente situada. Ele varia conforme os contextos culturais, econômicos e ideológicos, sendo moldado pelas necessidades específicas de cada modo de produção. A própria existência de múltiplas identidades de gênero, como as identidades trans, evidencia que as normas sociais sobre o que é considerado “masculino” ou “feminino” são altamente flexíveis, contingentes e politicamente construídas.

No entanto, embora a sociedade tenha desenvolvido estruturas que marginalizam sistematicamente aqueles que desafiam tais normas, a resistência não surge de forma automática. Nem todos os sujeitos que vivem fora das normas dominantes o fazem de maneira ativa ou consciente. É justamente por isso que a crítica marxista se mostra imprescindível: ela fornece as ferramentas teóricas e políticas para compreender que a opressão de gênero, assim como a de classe, não é uma questão de desvio ou de má vontade individual, mas sim uma engrenagem funcional ao sistema capitalista.

A superação dessas opressões não virá de apelos morais, reformas pontuais ou inclusão simbólica, mas da transformação radical das estruturas sociais, econômicas e

ideológicas que sustentam a desigualdade. E essa transformação, como bem sabemos, só será possível por meio da luta de classes, da organização coletiva e da revolução social.

5 A TRANSFOBIA NO BRASIL

Quando falamos de violência no Brasil, não há do que nos surpreendermos, segundo um estudo ONU, Brasil liderou ranking de homicídios no mundo em 2023:

O Brasil lidera a lista dos 10 países do mundo onde são registradas mais mortes violentas, segundo o Estudo Global sobre Homicídios que a ONU divulgou nesta sexta-feira (8) em Viena. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estima que em 2021 foram registrados 458 mil homicídios em todo o mundo. A taxa global foi de 5,8 por 100 mil habitantes e 81% das vítimas eram homens e meninos. O relatório toma 2021 como ano de referência, mas, como nem todos os países forneceram dados para o ano, a data de origem dos números de homicídios não corresponde especificamente a um determinado período (Grandi, 2023).

Isso não é diferente em relação a comunidade trans, onde em 2022, o país continuou sendo por 13 anos, o país que mais mata pessoas trans no mundo, mesmo a transfobia ser crime no Brasil desde 2019:

Apesar de a transfobia ser crime no Brasil desde 2019, o país é ainda o que mais mata pessoas trans e travestis em todo o mundo pelo 13º ano consecutivo. O número de assassinatos de mulheres trans e travestis é o maior desde 2008 – ano em que o dado começou a ser registrado. Conforme o relatório de 2021 da Transgender Europe (TGEU), que monitora dados globalmente levantados por instituições trans e LGBTQIA+, 70% de todos os assassinatos registrados aconteceram na América do Sul e Central, sendo 33% no Brasil, seguido pelo México, com 65 mortes, e pelos Estados Unidos, com 53. Os dados apontam também que, nos últimos 13 anos, pelo menos 4.042 pessoas trans e de gêneros diversos foram assassinadas entre janeiro de 2008 e setembro de 2021. Entre outubro de 2020 e setembro de 2021 foram registrados 375 assassinatos no mundo, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior. O relatório mostra que o Brasil teve 125 mortes. Por outro lado, só no ano de 2020, Associação Nacional de Travestis e Transexuais reportou 175 transfeminicídios e mapeou 80 mortes no primeiro semestre de 2021. As maiores vítimas de transfeminicídio são mulheres. De acordo com o documento da Transgender Europe, 96% das pessoas assassinadas em todo o mundo eram mulheres trans ou pessoas transfeminadas; 58% das pessoas trans assassinadas eram profissionais do sexo; a idade média das pessoas assassinadas é de 30 anos; 36% dos homicídios ocorreram na rua e 24% na própria residência. Os dados da organização (TGEU) são obtidos por movimentos trans e organizações da sociedade civil que realizam alguma categoria de monitoramento profissional em seus países. Mas, esses números não representam a transfobia no Brasil (Pinheiro, 2022).

Além da questão dos homicídios, também não surpreendem os constantes ataques à comunidade trans na internet, com ofensas de todos os tipos – especialmente em grupos de redes sociais, como no Facebook – que utilizam termos como “tonhão” para se referir, de forma pejorativa, a pessoas trans. Isso é inadmissível, sobretudo quando consideramos que, em nosso país, existem cerca de 4 milhões de pessoas trans e não binárias, segundo um estudo realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (UNESP):

Pesquisa inédita na América Latina aponta que 1,9% da população brasileira é de pessoas transgênero ou não binárias: são 4 milhões de indivíduos em uma população estimada em 2020 pelo Banco Mundial em 212,6 milhões de cidadãos.

(...) Foram entrevistadas 6.000 pessoas em 129 municípios de todas as regiões do país.

Segundo os participantes do projeto, os resultados mostram a urgência de políticas de saúde voltadas para esse público. A professora da Faculdade de Medicina de Botucatu Maria Cristina Pereira Lima, autora do artigo, destaca que homens trans necessitam de consultas ginecológicas periódicas, por exemplo. Ela também lembra que, em todo o mundo, a expectativa de vida das pessoas trans é mais baixa (Segalla, 2021).

Esses dados revelam que milhões de pessoas estão sendo objetivamente marginalizadas, ofendidas e oprimidas diariamente, com o uso das redes sociais como ferramenta para perpetrar e potencializar os ataques e a violência que já fazem parte da rotina da comunidade LGBTQIAPN+.

Além disso, os ataques e ofensas a comunidade trans, é tão alarmante, que um levantamento da Folha de S. Paulo, divulgado em 2022, mostrou que 17 das 27 mulheres trans e travestis com mandatos políticos em exercício no país sofreram com algum tipo de violência transfóbica:

No primeiro capítulo de uma série de três reportagens a serem publicadas na semana do Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia (17 de maio), a Folha mostrará a rotina de ataques sofridos por esse grupo.

Durante a apuração, a reportagem procurou as 27 trans eleitas para as Casas legislativas no país, das quais 24 responderam aos pedidos de entrevista (veja abaixo galeria com relatos). Desse contingente, 17 relataram situações de violência política transfóbica e 11 sofreram ameaças (Rodrigues; Santos, 2022).

Ou seja, notamos que no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, a comunidade trans enfrenta uma rotina de perseguição, ameaças e outras formas de violência e opressão.

6 A LINHA DE MASSAS

A questão em relação a violência a comunidade trans, não existe uma solução simples e fácil. Assim como tudo que existe em nossa realidade material concebida passa por um processo de ação e análise fundamentado nas necessidades reais dessa população, que é, em grande parte, marginalizada e oprimida. Isso pode ser feito a partir de um enfoque prático e integrador, baseado na compreensão das condições sociais e econômicas que levam à violência e à exclusão, sem se limitar a apenas respostas ideológicas ou preconceitos populares.

Primeiramente, é necessário um movimento que se construa a partir da realidade das massas, o que implica em ouvir e aprender com as experiências e necessidades da comunidade trans. Isso se relaciona ao conceito de “linha de massa”, que é uma abordagem que parte das realidades concretas das pessoas oprimidas, para poder oferecer soluções que atendam suas necessidades de forma efetiva:

A linha de massa é o elo entre teoria e prática e o método para garantir que os comunistas – aquela parte da classe trabalhadora que é mais consciente – deem liderança à classe trabalhadora. Os comunistas não devem ficar atrás do nível espontâneo de consciência da classe trabalhadora, nem correr muito à frente desse nível a ponto de isolá-los da classe trabalhadora. Agarrada firmemente, a linha de massa garantirá que a linha política dos comunistas revolucionários esteja cada vez mais de acordo com a realidade, corresponda de perto às necessidades reais da classe trabalhadora e, portanto, que a vanguarda consciente da classe trabalhadora se reúna em torno do Partido Comunista revolucionário, o Partido político da classe trabalhadora. A longo prazo, é uma garantia segura de que a prática correta do Partido conquistará a massa da classe trabalhadora e a liderará em sua luta diária e na luta pelo socialismo (Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist), 1977).

Todavia, a questão mais importante é, por que a linha de massas deve ser aplicada?

Embora o Partido Comunista revolucionário seja absolutamente essencial para a luta da classe trabalhadora pelo sucesso do socialismo, o Partido não pode ser um substituto para a classe. O Partido liderará a classe trabalhadora, mas é a própria classe que tomará o poder do estado, esmagará o estado burguês e construirá o socialismo (Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist), 1977).

A construção desse movimento deve ser sólida, baseada na conscientização das massas sobre as condições em que vivem as pessoas trans, e no entendimento de que as concepções populares, muitas vezes distorcidas, sobre as identidades trans são, em grande parte, resultado de desinformação ou preconceito cultural. Não se pode confiar em uma

abordagem que simplesmente reflita as percepções errôneas e limitadas da sociedade sobre a comunidade trans, mas sim em um esforço consciente de educar e transformar as mentalidades para combater estigmas e promover respeito.

A luta contra a violência transgênera deve ser integrada ao movimento mais amplo de justiça social, que envolve também a defesa dos direitos das mulheres e a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero. A libertação das pessoas trans não deve ser tratada como uma questão isolada, mas sim como parte da luta por um mundo mais igualitário e justo. Combatendo a transfobia e outras formas de opressão, é possível construir uma sociedade onde todos, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver com dignidade e respeito.

Assim, como Mao afirma “O povo, e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal” (Zedong, 1945). Logo é preciso que os grupos de apoio e as organizações envolvidas no combate à violência contra a comunidade trans também incorporem a “linha de massa” em suas práticas, criando espaços seguros para que as próprias pessoas trans possam expressar suas necessidades e desejos, e se organizarem para alcançar mudanças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta da comunidade trans não pode — e não deve — ser reduzida a um apelo à tolerância, à boa convivência ou à celebração da diversidade em moldes liberais. Essas abordagens, embora pareçam progressistas à primeira vista, operam dentro de um horizonte político estreito, onde a opressão é tratada como um desvio moral ou cultural que pode ser corrigido por meio da educação, da empatia ou da representatividade simbólica. Essa visão é, no fundo, profundamente conciliatória e despolitizadora. Ela transforma a opressão em um problema de opinião ou de linguagem, mas jamais toca nas estruturas concretas que a produzem e a reproduzem.

A questão trans não é, portanto, uma simples demanda identitária. Ela expressa, de forma nítida, a falência de um sistema que precisa categorizar, fixar e normatizar os corpos e os sujeitos para poder explorá-los com maior eficácia. O capitalismo, desde seu surgimento, organizou o mundo a partir de binarismos funcionais à divisão do trabalho: homem/mulher, público/privado, razão/emoção, força/fragilidade. Essas categorias não são naturais nem eternas. São construções históricas com função econômica e política.

O gênero, nesse contexto, não é apenas uma identidade individual — é uma tecnologia social de controle. O sistema cisheteronormativo que rege nossas vidas não está dissociado das relações de produção; ao contrário, ele é um dos alicerces que permite a exploração do trabalho, a reprodução da força de trabalho e a manutenção da ordem capitalista. A marginalização das pessoas trans, portanto, é funcional ao capital: ela mantém a divisão sexual do trabalho, alimenta mercados paralelos de exploração extrema (como o da

prostituição compulsória e do trabalho informal precarizado) e, ainda, reforça ideologias de normalidade que justificam toda a ordem burguesa.

A transfobia não é um resíduo do passado, uma espécie de “atraso” que o progresso corrigirá. É um fenômeno moderno, orgânico ao próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas. A intensificação da violência contra pessoas trans nos últimos anos – seja por meio de ataques físicos, assassinatos, exclusão do mercado de trabalho ou linchamentos virtuais nas redes sociais – não ocorre apesar da modernização neoliberal, mas justamente como expressão de sua lógica mais profunda. O neoliberalismo prometeu liberdade, mas entregou um mundo de competição generalizada, destruição dos laços sociais, mercantilização de tudo – inclusive da própria subjetividade. Nesse cenário, corpos dissidentes são tratados como erro de sistema, e a violência contra eles é uma tentativa de restaurar a ordem simbólica do capital.

Não se trata, portanto, de melhorar a imagem da comunidade trans na televisão, no cinema ou na política institucional – embora isso possa ter efeitos pontuais. Trata-se de entender que toda essa engrenagem simbólica está a serviço da reprodução de um sistema que lucra com a exclusão. A figura da pessoa trans ocupa, muitas vezes, o lugar do “excesso”, do “inclassificável”, do “anômalo” – aquilo que precisa ser expurgado ou assimilado para que a norma funcione. Por isso a existência trans, em sua forma mais radical, é um desafio à própria ideia de normalidade sobre a qual o capitalismo constrói suas bases. E por isso também o sistema reage com brutalidade.

Aqui entra a centralidade do materialismo histórico-dialético. Essa abordagem não vê as opressões como fenômenos isolados, mas como partes integrantes de uma totalidade social contraditória. A luta trans, quando compreendida dentro dessa perspectiva, não é periférica, mas estratégica. Ela revela com clareza a relação entre corpo, trabalho, reprodução social e dominação ideológica. E mostra que não é possível destruir a transfobia sem destruir também as bases materiais que a sustentam – isto é, o próprio modo de produção capitalista.

Não é por meio de leis punitivas, campanhas publicitárias ou inclusão institucional que a comunidade trans encontrará liberdade. Essas medidas, muitas vezes celebradas como grandes vitórias, não passam de concessões que o sistema faz para manter sua legitimidade e evitar rupturas. São migalhas jogadas ao chão para conter a fome de justiça. São mecanismos de apaziguamento, não de transformação.

A libertação trans – e, por extensão, a libertação de todos os oprimidos – só será possível num processo revolucionário que destrua as estruturas de exploração de classe, de gênero e de raça. Isso significa não apenas derrubar o capital como relação econômica, mas também destruir o Estado burguês, a família patriarcal, a moral sexual repressora e o conjunto de instituições que regulam os corpos e impõem normas de existência. Significa

construir uma nova forma de vida, em que a liberdade não seja o direito de consumir ou ser tolerado, mas a capacidade de existir plenamente, sem medo, sem violência e sem coerção.

A luta trans é, portanto, uma trincheira da luta de classes. Uma das mais radicais, aliás. Porque não desafia apenas quem está no poder, mas a própria maneira como o poder se organiza e se reproduz nos corpos, nos desejos, nas subjetividades. É uma luta que escancara as contradições mais íntimas da sociedade capitalista e que, por isso mesmo, aponta para a necessidade de sua superação.

REFERÊNCIAS

ADRIANZEN, Catalina. **Marxism, Mariátegui and the Women's Movement**. 1974. Disponível em: <https://marxists.wikis.cc/subject/women/authors/adrianzen/1974.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

AINSWORTH, Claire. **Sex Redefined**. 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/518288a>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.

Communist Federation of Britain (Marxist-Leninist). **Grasp Firmly the Mass Line in Base-Building**. 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/erol/uk.secondwave/mass-line.htm>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2025.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 1884. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/index.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GANDHI, Anuradha. Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista. Março de 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gandhi/2006/correntes/index.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GRANDI, Guilherme. Brasil lidera lista dos 10 países com maior número de homicídios, diz ONU. **Gazeta do Povo**, 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/brasil/brasil-lidera-lista-10-paises-maior-numero-homicidios-diz-onu/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LANGEVIN, Paul. **Materialismo Mecanicista e Materialismo Dialético**. 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/langevin/1945/mes/materialismo.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LÊNIN, Vladimir I. **Materialismo e Empirocriticismo**. 1909. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MARK, Joshua J. **As Mulheres na Idade Média**. World Hystory Encyclopedia, 2019. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1345/as-mulheres-na-idade-media/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Pós-modernismo, marxismo e feminismo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de Albuquerque. Os Corpos Refeitos: A Intersexualidade, a Prática Médica e o Direito À Saúde. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Florianópolis, Brasil, v. 1, n. 1, p. 78–102, 2015.

PINHEIRO, Ester. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 25 jan. 2025.

RODRIGUES, Artur; SANTOS, José Matheus. Trans na política enfrentam rotina de perseguição e ameaças de morte no país. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/politicas-trans-enfrentam-rotina-de-perseguido-e-ameacas-de-morte-no-pais.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2025.

SEGALLA, Vinícius. Brasil tem 4 milhões de pessoas trans e não binárias, revela estudo da Unesp, inédito no país. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/22/brasil-tem-4-milhoes-de-pessoas-trans-e-nao-binarias-revela-estudo-da-unesp-inedito-no-pais>. Acesso em: 25 jan. 2025.

STALIN, Josef V. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico**. Setembro de 1938. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/09/mat-dia-hist.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ZEDONG, Mao. **Discurso pronunciado na Conferência Nacional do Partido Comunista da China sobre o Trabalho de Propaganda**. 12 de Março de 1957. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1966/citas/cap02.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025.

ZEDONG, Mao. **Sobre o governo de coalizão**. Obras Escolhidas, Tomo III. 24 de Abril de 1945. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1966/citas/cap11.htm>. Acesso em: 25 jan. 2025

Recebido em: 25/01/2025
Aceito em: 24/04/2025